

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

Class.: 1324

Data: 12/01/90

Pg.: _____

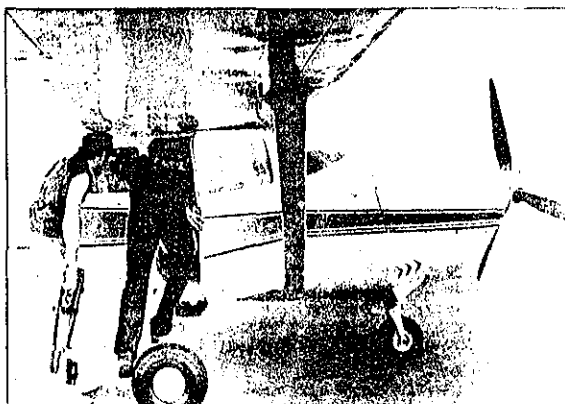
Juiz dá 72 horas para Tuma

□ **Diretor da Polícia Federal terá de explicar o descumprimento de liminar que manda tirar o garimpo da área dos Ianomamis em Roraima**

O diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma tem 72 horas para explicar porque não retirou os garimpeiros das áreas dos índios Ianomamis. Isso foi o que decidiu o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal em Brasília, João Batista Coelho Aguiar, diante da medida cautelar de intimação de Romeu Tuma ajuizada pelo procurador geral da República, Eugênio José Guilherme de Aragão para esclarecer em juízo as razões pelas quais não procedeu a retirada imediata dos garimpeiros da área dos índios Ianomamis, em Roraima.

Ontem, antecipando-se a qualquer ação judicial, Tuma chegou a Brasília, procedente da área dos Ianomamis, para conversar com o juiz substituto da 7ª Vara Federal, João Batista Coelho Aguiar. Ciente do direito, e até mesmo, dever do procurador em defender a sociedade, Tuma afirmou estar magoado não com o pedido de explicações que poderia determinar até sua prisão, mas "os termos inadequados utilizados pelo procurador. Para o delegado, não está havendo qualquer tipo de negociação com em torno de terras com os garimpeiros, mas sim a retirada pacífica dos ocupantes, pois que entende ser esta a maneira mais decente e civilizada de garantir as terras aos Ianomamis.

Ele afirmou, ainda, que o decreto presidencial permite a criação de re-



Dois dias depois: federais liberam suprimentos a garimpos

servas de garimpagem em floresta nacional, acrescentando que cabe ao Governo Federal mostrar à Justiça a validade da demarcação de áreas garimpeiras na região. O delegado garantiu que explicará toda a operação à Justiça Federal, por escrito, dentro do prazo estipulado de 72 horas, e que não teme qualquer tipo de punição judicial.

NOVAS ÁREAS — O presidente Sarney vai definir, na próxima semana, através de decreto, as áreas que poderão ser exploradas pelos garimpeiros retirados do território Ianomami, em Roraima. Segundo anunciou o ministro da Justiça, Saulo Ramos, as áreas passíveis de garimpagem ficarão localizadas nas chamadas Florestas Nacionais, que fazem limite com o território Ianomami, recortado em aldeias. Saulo Ramos afirmou

que esta decisão é um esforço do Governo para "chegar com o estado de direito na selva", e advertiu que o garimpeiro que for encontrado fora da área definida será preso.

Entretanto o ministro não tem como garantir que haverá uma vigilância de forma a impedir o deslocamento para o território dos Ianomami, comprovadamente rico em minerais de interesse da categoria. "Isso é um problema para o próximo governo", respondeu o ministro ao ser indagado que que garantia tinha o governo de que os garimpeiros restringiriam suas atividades ao espaço delimitado por decreto do presidente José Sarney. Saulo Ramos reagiu ainda, com ironia, à decisão do procurador da República Eugênio José Aragão de solicitar à Justiça Federal a prisão em flagrante do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma. "O

procurador está agindo com excesso de zelo. Tuma na cadeia só se for em cadeia de televisão", salientou o ministro.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA

— As viagens entre Boa Vista e os garimpos instalados no nordeste de Roraima praticamente se normalizaram ontem. Decolavam do aeroporto e das pistas alternativas ao redor da cidade, vigiadas pela Polícia Federal (PF), monomotores e bimotores carregados de mantimentos, combustível e equipamentos de garimpo. A ordem de reter esse tipo de carga e os garimpeiros que se dirigissem para a região só durou dois dias, pois a operação Canaimé foi modificada através de um acordo selado entre a PF e a União dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal).

"Adequamos o planejamento à situação real," explicou ontem o porta-voz da PF, João Martins. "O plano previa uma atuação de choque, de confronto, agora, há coexistência pacífica entre a Polícia e os garimpeiros," afirmou.

Ontem, os aviões saíram de Boa Vista com cargas garimpeiras, desde que os pilotos preenchessem um formulário, garantindo que não estavam indo para terras dos índios Ianomami. Mas não há meios de controlar-se eles declaravam o destino real, já que os agentes federais ainda não estão postados nessas áreas. Não importa o que eles façam, não importa se armaram um cerco, comentou o porta-voz da PF, assegurando que "a missão de evacuação dos garimpos será cumprida, a partir do dia 17. Estamos confiando, mas se descobrirmos que o acordo foi quebrado, retomaremos o plano inicial," avisou. (AG/AE/ZH-Brasília/Rádiorá) (AG/AE/ZH-Brasília/Rádiorá)

CNBB convoca a sociedade a que defenda os índios

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Luciano Mendes de Almeida, convocou ontem a sociedade para se organizar contra o acordo feito entre o Governo e os garimpeiros em Roraima. Ao classificar de "ação covarde" a criação de três áreas de garimpo na Floresta Nacional de Roraima, dom Luciano alertou que os índios Ianomamis correm o risco de vida e disse que a Igreja Católica também está mobilizada para retirar os garimpeiros da região.

- Não podemos ser meros especta-

dores. Faço um apelo à sociedade para que atenda a esse grito de sobrevivência e se organize em favor dos Ianomamis. É preciso levantar todo mundo numa voz firme e cõesa - disse o presidente da CNBB.

Ele acrescentou que há 22 anos a Igreja está trabalhando junto à comunidade indígena e, durante esse período, vem acompanhando a desintegração das famílias, dizimadas pelas doenças transmitidas pelo garimpeiros. O arcebispo de Mariana não quis comentar a solicitação da

Procuradoria Geral da República contra o diretor-geral da Polícia Federal, mas foi enfático ao afirmar que a não preservação da Floresta Nacional fere a Constituição. (AG)

"IMORAL E ILEGAL — "A remoção dos garimpeiros das terras da Reserva Ianomami para outro local dentro da Floresta Amazônica é imoral e ilegal". A opinião é do deputado Amaury Muller, (PDT/RS). "A Floresta Amazônica é patrimônio da União e como tal, deve ser preserva-

da."

Segundo Amaury Muller, o acordo realizado entre o Governo Federal, Governo de Roraima e garimpeiros, apenas adia a crise e transfere o problema. "Este foi um negócio entre compadres.

Amaury Muller está encaminhando ainda hoje, uma denúncia formal à Procuradoria Geral da República, Presidência da República, Polícia Federal e entidades interessadas, sobre as irregularidades de acordo entre Governo e garimpeiros firmado em Roraima. (Brasília/ZH)